



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	15563.720300/2011-71
<b>Recurso nº</b>	Embargos
<b>Acórdão nº</b>	<b>3403-003.261 – 4ª Câmara / 3ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de Matéria</b>	17 de setembro de 2014
<b>Embargante</b>	IPI
<b>Interessado</b>	FAZENDA NACIONAL
	CERVEJARIA PETRÓPOLIS S/A

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI**

Período de apuração: 01/01/2006 a 10/06/2007

**OMISSÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA.**

Constatado a inexistência omissão, obscuridade e contradição, não há o que se manifestar o esclarecimento objeto do declaratório não encontra encartado nos pressupostos aqui relacionados, pois o julgador não está obrigado a declinar a natureza do vício, formal ou material, que macula o ato administrativo.

Embargos Rejeitados.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração. Esteve presente ao julgamento o Dr. Leonardo M. G. de Menezes, OAB/DF 39.664.

Antonio Carlos Atulim - Presidente.

Domingos de Sá Filho - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros: Antonio Carlos Atulim, Alexandre Kern, Domingos de Sá Filho, Paulo Roberto Stocco Portes, Luiz Rogério Sawaya Batista.

## Relatório

Cuida de Recurso de Embargos Declaratório apontando omissão em razão do acórdão não especificar se é vício material ou formal. Assevera que ao negar provimento ao recurso de ofício, manteve a nulidade do lançamento, argui que nulidade é termo equívoco e, desse modo, torna-se necessária a especificação do seu sentido. O esclarecimento evita prejuízo ao disposto no artigo 173 do CTN.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Domingos de Sá Filho, Relator.

Cuida-se de recurso tempestivo e atende os demais pressupostos de admissibilidade, impondo o seu conhecimento.

No que tange ao esclarecimento em relação à natureza do vício, essa Turma vem reiteradamente firmando que o julgador não está obrigado declinar se trata de vício formal ou material. De modo que, o declaratório não se presta ao fim da interposição, visto que, não existindo obscuridade, omissão e contradição, impondo em conhecer e negar provimento.

Diante do exposto, deixo de acolher os embargos.

É como voto.

Domingos de Sá Filho